

Ata da Nona Sessão Ordinária, do terceiro ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dezoito de abril de dois mil e onze, às dezoito e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Vice-Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Secretários Srs. Rubens das Virgens e Alfredo Chiavegato Neto. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Rainero Venturini para proferir o seguinte texto: Salmo 133(132): “Vejam como é bom, como é agradável os irmãos viverem unidos. É como óleo fino sobre a cabeça, descendo pela barba, a barba de Aarão; descendo sobre a gola de suas vestes. É como o orvalho do Hermon, descendo sobre os montes de Sião. Porque aí Deus manda a bênção e a vida para sempre.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini, e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foi colocada em Votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Edison Cardoso de Sá pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos Requerimentos, das Indicações e das Moções dos Senhores Vereadores, bem como da correspondência de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Sr. Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER nº 015/2011, encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que autoriza o Poder Executivo a receber em doação imóvel de propriedade de R.V.L. Pecuária e Participação Ltda. destinado à implantação de reservatório de água elevado, bem como a conceder remissão de créditos tributários e anistia a

multas incidentes sobre tal imóvel, nos termos e condições que especifica; 2. Ofício DER nº 017/2011, encaminhando a Casa Projeto de Lei que acresce o art. 38-B, na Lei nº 1.955/2009, que dispõe sobre o plano plurianual do Município, para o período de 2010 a 2013; 3. Ofício DER nº 018/2011, encaminhando a Casa Projeto de Lei que acresce o art. 51-B, na Lei nº 1.987/2010, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2011, e dá outras providências; 4. Ofício DER nº 019/2011, encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que autoriza o Município de Jaguariúna a participar do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas; depois de lidos foram os referidos projetos encaminhados para as Comissões Permanentes, para parecer; 5. Ofício SEGOV nº 0194/2011, acusando o recebimento da Indicação nº 118/2011 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto; 6. Ofício SEGOV nº 0195/2011, acusando o recebimento do Requerimento nº 046/2011 da Sra. Maria Nalva Vieira Gama referente à informações sobre demora na compra de uniformes para os Vigilantes Patrimoniais; 7. Ofício SEGOV nº 0196/2011, acusando o recebimento do Requerimento nº 047/2011, da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando à ALL – América Latina Logística substituição da cerca por muro ou alambrado, existente entre as margens da linha férrea e a Vila São José; 8. Ofício SEGOV nº 0197/2011, acusando o recebimento do Requerimento nº 049/2011 do Sr. Rubens das Virgens referente à informações sobre existência de projeto na municipalidade para implantação de lousas digitais nas escolas do Município; 9. Ofício SEGOV nº 0198/2011, acusando o recebimento do Requerimento nº 050/2011 do Sr. Airton Braulino Jorge referente à informações sobre contrato com a empresa Engebrás S/A – Indústria Comércio e Tecnologia de Informática; 10. Ofício SEGOV nº 0199/2011, acusando o recebimento do Requerimento nº 051/2011 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto referente à informações sobre contrato com empresa para operação de radares no Município; 11. Ofício SEGOV nº 0200/2011, acusando o recebimento da Moção nº 022/2011, da Sra. Karina Valéria Rodrigues e Outros de congratulações e louvor ao Prefeito Municipal pelo empenho em conseguir verbas federais para a construção da creche que atenderá os Bairros Jardim Europa, Sylvio Rinaldi I e II, Jorge Zambom e Outros; 12. Ofício SEGOV nº 0210/2011, dando resposta ao Requerimento nº 017/2011 do Sr. Edison Cardoso de Sá referente à informações sobre quais providências estão sendo tomadas para melhorar a qualidade da comida servida no Restaurante do Servidor (com cópia para o Secretário Municipal de Governo); 13. Ofício SEGOV nº 0217/2011, acusando o recebimento das Indicações nºs 109, 110,

111, 112, 129, 130, 131/2011 da Sra. Maria Nalva Viera Gama; 113/2011 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto; 114/2011 do Sr. Rubens das Virgens; 115 e 116/2011 do Sr. Airton Braulino Jorge; 117/2011 do Sr. Fábio Augusto Pina; 119, 120, 121, 122, 123/2011 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri; 124/2011 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Outros; 125, 126, 127, 128/2011 da Sra. Karina Valéria Rodrigues. A seguir, dos Senhores Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposituras: Requerimentos: 1. Do Sr. Fábio Augusto Pina e Outros solicitando ao Governador do Estado de São Paulo duplicação da SP95, Rodovia João Beira, em especial no trecho entre Jaguariúna e Amparo (com cópia para o Secretário de Estado de Logística e Transporte e para o Vereador José Donisete Urbano, da cidade de Amparo); 2. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos melhoria na qualidade dos serviços prestados à população de Jaguariúna; 3. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informações se existe algum projeto na Administração para construção de um Parque no Jardim Dona Irma, a exemplo de outros parques existentes no Município; 4. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informações se há projeto por parte desse Governo de se construir creches que propicie atendimento 24 horas; 5. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informações sobre viagem à Paris do Sr. Vice Prefeito e Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social. Indicações: 1. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal medidas satisfatórias para solucionar o problema de cruzamento na Avenida Marginal, altura da Ponte “Pedro Abruhez” – Ponte Vermelha; 2. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal transformar em mão única para descer a rua Rui Barbosa, no Jardim Botânico; 3. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal medidas que especifica na rua João Voltan, no bairro Nova Jaguariúna (recapeamento; cobertura no ponto de ônibus, construção de lombadas); 4. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal determinar a presença da Guarda Municipal nos bairros: Jardim Europa, Sylvio Rinaldi e Residencial Arco Iris; 5. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal estudos para estabelecer regras para que a nomeação de Coordenadores da Guarda Municipal, seja somente aos concursados da própria guarda, residentes em Jaguariúna; 6. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal melhorar a manutenção e a segurança do Parque Serra Dourada, no bairro Dr. João Aldo Nassif; 7. Do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando ao Executivo Municipal

manutenção nos brinquedos do Playground do Parque Serra Dourada, bairro Dr. João Aldo Nassif; 8. Do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando ao Executivo Municipal dedetização de bueiro dos bairros Parque Florianópolis e Jardim Pinheiros; 9. Do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando ao Executivo Municipal retirada de dois pinheiros que estão secos e prestes a cair em frente ao Parque José Pires Junior, no bairro Parque Florianópolis; 10. Do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando ao Executivo Municipal calçamento do estacionamento no Parque José Pires Junior, no Parque Florianópolis. Moções: 1. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues de congratulações e louvor à Fundação Educar pela doação de 5.000 livros paradidáticos à Secretaria de Educação do Município; 2. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues de congratulações e louvor ao Engra Futebol Clube pela conquista do título de Campeão da VI Copa Cidade de Jaguariúna de Futebol; 3. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues de repúdio à Equipe de Cerimonial que organizou o evento de premiação do Campeonato Amador, acontecido no Teatro Municipal, no último dia 11 de abril, por não ter incluído representante da Câmara Municipal para uso da palavra na pauta do cerimonial. A seguir foi lida a ementa do Ofício Circular Externo/MDS/SNAS/DEFNAS/CGOF/Nº 39/2011 do Fundo Nacional de Assistência Social sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 13.500,00. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91): 1. Requerimento do Sr. Fábio Augusto Pina e Outros solicitando ao Governador do Estado de São Paulo duplicação da SP95, Rodovia João Beira, em especial no trecho entre Jaguariúna e Amparo (com cópia para o Secretário de Estado de Logística e Transporte e para o Vereador José Donisete Urbano, da cidade de Amparo), em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos melhoria na qualidade dos serviços prestados à população de Jaguariúna, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informações se existe algum projeto na Administração para construção de um Parque no Jardim Dona Irma, a exemplo de outros parques existentes no Município, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informações se há projeto por parte desse Governo de se construir creches que propicie atendimento 24 horas, em votação foi o mesmo

aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informações sobre viagem à Paris do Sr. Vice Prefeito e Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Moção da Sra. Karina Valéria Rodrigues de congratulações e louvor à Fundação Educar pela doação de 5.000 livros paradidáticos à Secretaria de Educação do Município, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 7. Moção da Sra. Karina Valéria Rodrigues de congratulações e louvor ao Engra Futebol Clube pela conquista do título de Campeão da VI Copa Cidade de Jaguariúna de Futebol, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 8. Moção da Sra. Karina Valéria Rodrigues de repúdio à Equipe de Cerimonial que organizou o evento de premiação do Campeonato Amador, acontecido no Teatro Municipal, no último dia 11 de abril, por não ter incluído representante da Câmara Municipal para uso da palavra na pauta do cerimonial, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso, por doze minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomariam a palavra os Srs. Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini, Rubens das Virgens e Airton Braulino Jorge que a passaram; tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que iria usar da tribuna para, realmente, falar do projeto de aumento salarial dos servidores públicos, e que o projeto tinha ingressado na Casa, no dia anterior, tendo como escopo dele um abono durante seis meses, a partir de março, o qual seria incorporado a partir de setembro no holerite dos funcionários; disse que tinham tido a oportunidade de, no dia anterior, Dr. Airton, a Nalva, que estavam presentes na reunião, o Renê, que discutiram um pouco o projeto na Casa, para que fosse votado naquele dia, e de pronto constatou-se, juntamente, com o Jurídico, que haveria uma questão de inconstitucionalidade junto ao projeto, em virtude da incorporação tratar de uma forma desigual os funcionários, o que poderia acarretar numa série de ações trabalhistas, contra a Prefeitura, conseqüentemente, com ganho de causa para o funcionalismo; disse que o projeto tinha sido retirado, na manhã daquele dia, e voltou novamente a Casa para que, posteriormente, pudesse ser votado, não iria ser votado naquele dia, talvez na semana que viria, onde ficava dado como uma retribuição ao funcionalismo, neste ano, de aumento, no abono de cem reais, sem incorporação, mesmo que fosse em setembro, então, não haveria incorporação desses cem reais, e que aquele abono seria simplesmente por seis

meses; disse que tinha tido a oportunidade de conversar com membros do Sindicato Público, naquela manhã, e a pessoa lhe disse que não tinha sido acordado isso durante a última reunião que teve, para que referendasse esse projeto que viesse para a Casa e que, realmente, o anseio do funcionalismo seria que o abono fosse incorporado a partir de março, e que isso sim seria a proposta deles, enfim, tinha sido até surpresa por parte do funcionário que fazia parte do Sindicato quando chegou na segunda feira de manhã, no local de trabalho, questionado pelos colegas se, realmente, isso tinha acontecido, e ele falou que não sabia do que tinha acontecido, porque até então era uma proposta que iria ser levada ao Executivo para que, realmente, depois virasse projeto de lei, e por espanto dele, no sábado já tinha ventilado, que a proposta seria esse abono de cem reais, incorporado somente em setembro; disse que no dia anterior ele já estava com sua opinião, não diria formada, mas quase formada, em votar contrário ao projeto, porque achava que era uma afronta ao funcionalismo dar simplesmente cem reais de abono para o funcionalismo, agora ainda mais sem se falar em incorporação, e que isso aí, ele não diria que não era aumento, não iria representar nada isso para o funcionalismo, não tinham nenhum ganho real, era, simplesmente, uma retribuição, para não se passar em branco neste ano; disse que ficava chateado porque na legislatura passada, se queria um abono de mil reais no primeiro de maio, e achava que muitos dos colegas que estavam na Casa, participando da Sessão, por diversas vezes tinha sido decidido, que além dos aumentos que tinham baseados no IGPM, e que hoje já não era mais o IGPM, era outro índice, menor que o IGPM, que, realmente, retratava de uma certa forma, a perda salarial do funcionalismo, e que hoje já não era mais o IGPM, agora era o INPC, ou IPC, não se lembrava direito, que era, realmente, menor do que o índice do IGPM, além do que se dar esse aumento, era pleiteado por parte do Sindicato, um bônus de mil reais que, até então, entendia e respeitava o anseio do funcionalismo em adquirir isso, mas de uma certa forma coerente, prudente, sempre se discutiu e em nenhum momento fez-se disso um cavalo de batalha para que alguém saísse ganhando com isso, não podia ser dado e não era dado o abono de mil reais, e muitos deles ficavam descontentes por causa disso; disse que hoje viam uma proposta de um bônus de cem reais, e que, realmente, era humilhante, pelo menos para ele, Vereador que estava vendo isso, votar favorável; disse que estava certo que eles iriam perder isso, mas era sua opinião, e que achava que tinha que haver uma briga mais séria, esse aumento tinha que ser, nem que fosse dois por cento, um por cento, mas ser franco para o funcionalismo: “não tenho condições de dar aumento para vocês agora.”

Disse que tinha muitos reflexos na folha que representava no cálculo despesa com pessoal, mas o Poder Público tinha que ser franco e falar isso para o funcionalismo, dizendo que só podia dar um por cento, podia dar dois, não podia dar nada; disse que, dar, realmente, cem reais de abono era dar uma esmola para o funcionalismo, para não dizer que tinha passado em branco, e que essa era a opinião dele, e que ele esperava que eles tivessem um tempo para poder discutir, que o Sindicato, realmente, interviesse no sentido de que esse ganho fosse real para o funcionalismo, e que voltava a dizer, nem que fosse um por cento, mas era dessa forma que se discutia um aumento salarial; disse que era muito mais fácil naquela época estarem à frente, do outro lado da questão, tentando de uma certa forma contornar a situação, saber aquilo que era melhor para o funcionário, e aquilo que dava para o Município, e tentar agradar os dois e o que vinham vendo não era assim, estava sendo feita uma coisa imposta, sem o mínimo de discussão, o orçamento do Município tinha subido de cento e oitenta e cinco milhões para duzentos e quinze milhões, e conseqüentemente a despesa com pessoal poderia ser aumentada, achava que o funcionalismo tinha que ter o seu ganho, o seu ganho real, se possível, mas não dessa forma, ainda mais agora que o abono não seria incorporado em setembro, e voltou a dizer que se fosse seria pior ainda, porque aí sim o erário público seria muito mais prejudicado com ações que, voltava a dizer, prejudicaria muito mais o Município; disse que sua opinião era no sentido de que eles pudessem conseguir ter uma discussão mais clara, o projeto de lei poderia ser retroativo a qualquer momento, já tinham discutido durante quatro meses, poderia se discutir mais um pouquinho; antigamente o aumento que era dado era sempre em janeiro, e que muitas vezes não tinham nem como se discutir, já era dado o aumento, enfim, janeiro já era garantido, agora tinha ido para março, e infelizmente, até aquele momento não tinham tido nenhum aumento; disse falar isso porque ele gostava de jogar claro com o funcionalismo, teve colegas que o questionaram, teve pessoas que ele tinha tido a oportunidade de conversar do Sindicato, para saber que posição ele poderia tomar, e depois da pessoa do Sindicato ter falado que, realmente, não era essa a proposta que o Sindicato tinha oferecido por parte do Governo, estava ali sua opinião formada com relação àquele abono, que nada mais era para ele uma esmola em virtude daquilo que os funcionários tanto mereciam, e que era isso que ele gostaria de dizer, e desejou boa noite a todos; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, que a passou. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo

concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini, e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: em Primeira Discussão seria apreciada a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2010, dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Fábio Augusto Pina, que dá nova redação ao inciso VIII, do art. 63 da Lei Orgânica do Município para incluir a obrigatoriedade de autorização legislativa para permissão de serviços públicos, porém, o Sr. Airton Braulino Jorge, apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 230, §§, do Regimento Interno, solicitando o adiamento, por três Sessões, da referida proposta, para melhor análise; em discussão e votação, foi o referido requerimento aprovado por unanimidade de votos, e a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2010, dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Fábio Augusto Pina, que dá nova redação ao inciso VIII, do Art. 63 da Lei Orgânica do Município, para incluir a obrigatoriedade de autorização legislativa para permissão de serviços públicos, foi encaminhada para a Décima Terceira Sessão Ordinária, a ser realizada no dia sete de junho de dois mil e onze. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura dos seguintes Editais de Convocação: “Edital de Convocação nº 004/2011.- De Sessão Extraordinária. O Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da 9ª (nona) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Única Discussão e Votação: 1. Projeto de Lei nº 007/2011, do Executivo Municipal, que acresce o art. 38-B, na Lei nº 1.955/2009, que dispõe sobre o plano plurianual do Município, para o período de 2010 a 2013; 2. Projeto de Lei nº 008/2011, do Executivo Municipal, que acresce o art. 51-B, na Lei nº 1.987/2010, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2011, e dá outras providências. Em Primeira Discussão e Votação: 1. Projeto de Lei Complementar nº 004/2011, do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a receber em doação

imóvel de propriedade de R.V.L. Pecuária e Participação Ltda. destinado à implantação de reservatório de água elevado, bem como a conceder remissão de créditos tributários e anistia a multas incidentes sobre tal imóvel, nos termos e condições que especifica; 2. Projeto de Lei Complementar nº 005/2011, do Executivo Municipal, que autoriza o Município de Jaguariúna a participar do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 9ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 19 de abril de 2011. Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri- Presidente. Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani De Campos Souza Venturini - Diretora Geral.” “Edital De Convocação nº 005/2011 - De Sessão Extraordinária - O Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da Sessão Extraordinária que acontecerá ao término da 9ª (nona) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Segunda Discussão e Votação: 1. Projeto de Lei Complementar nº 004/2011, do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a receber em doação imóvel de propriedade de R.V.L. Pecuária e Participação Ltda. destinado à implantação de reservatório de água elevado, bem como a conceder remissão de créditos tributários e anistia a multas incidentes sobre tal imóvel, nos termos e condições que especifica; 2. Projeto de Lei Complementar nº 005/2011, do Executivo Municipal, que autoriza o Município de Jaguariúna a participar do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 9ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 19 de abril de 2011- Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri – Presidente- Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani De Campos Souza Venturini - Diretora Geral.” Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra a senhora

Karina Valéria Rodrigues que desejou boa noite ao senhor Presidente, nobres colegas, senhoras e senhores e começou a fala dizendo que colocou uma moção de repúdio porque naquela semana ficaram sabendo, pela opinião pública, que o senhor Vice-Prefeito e Secretário de Desenvolvimento tinha ido à França – Paris e a Câmara simplesmente não sabia e nem foi comunicada e pior, se foi com dinheiro particular era um direito de cada um, mas foi com dinheiro público, com dinheiro da Prefeitura, então, no mínimo, que pediam, era que a Câmara ficasse sabendo quando algum Secretário, no caso o Vice-Prefeito fosse para a Europa com dinheiro público, era preciso analisar se era o momento de ir àquela viagem, se era o momento de gastar aquele dinheiro, especialmente, como o nobre Vereador Alfredo Chiavegato Neto citava que se discutia um valor ínfimo de aumento para os funcionários, se dava o luxo de gastar uma quantia muito alta de recurso para ir a Paris participar de uma feira que nem sabia se teria efeito aquilo; ela achava que, disse ao Presidente, era uma falta de comunicação do Executivo com a Casa porque muitas coisas poderiam não ser obrigatórias, mas tinham muitas coisas éticas para comunicar para a Câmara, talvez não fosse obrigatório justificar um custo altíssimo de uma viagem para a Europa com o dinheiro público mas, seria muito ético que eles, Vereadores, pelo menos ficassem sabendo e não cometer, como falava o nobre Vereador Edison Cardoso de Sá, de ligar para a Secretaria e falar com o Secretário e ser avisado por alguém que ele estava lá na França, se eles representavam a população, no mínimo; o que a surpreendia, disse ao Presidente, o Departamento de Marketing que eles tinham, aquilo também não foi lançado nos jornais, aquela viagem foi mantida em segredo na imprensa, porque não comunicaram aquela viagem, as conquistas, as visitas, as feiras, enfim, já que era uma viagem com o dinheiro público nada mais justo ser publicado, não foi publicado nem no site da Prefeitura, nem nos jornais locais; ela achava muito estranho e voltava a repetir que muitas vezes, ela não podia questionar porque ela não sabia o motivo de uma viagem para Paris mas, no momento em que eles estavam, ela considerava que não fosse mais ideal em estar jogando dinheiro fora quando a tal Secretaria, desde o começo, tirando os dois meses em que ela havia ficado lá, não havia trazido nenhuma empresa para o município, o que veio era porque Deus tinha trazido, não existia aquela busca de contratação lá; ela dizia aquilo, falou ao Presidente, porque ela achava que estava faltado comunicação com o Executivo, amanhã ia ter uma audiência com o senhor Prefeito às dezesseis horas, ela não via, disse ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto, a dificuldade de marcar uma reunião entre os Vereadores e Sindicato e o senhor Prefeito explicar a memória de cálculo de como chegou

aquele aumento, porque aquele aumento, poder explicar, lá tinha Vereadores, nem todos, mas Vereadores especialistas em matemática, contas, tinha o Sindicato, enfim, ela não entendia mais esperava que até quarta-feira que deveria ser teoricamente a Sessão Extraordinária para votar aquilo, sentar numa mesa de negociação, os Vereadores, porque seria eles que iriam dar explicação para o população, eles que dariam explicação para o funcionalismo público; cadê o Sindicato? perguntou, o novo Sindicato reeleito não se manifestava com os Vereadores também, era lógico que se tivesse uma explicação concreta de porque dar aquele aumento, poderiam até apoiar uma iniciativa daquelas, mas porque chegava àquela memória, como chegava àquele valor?, qual era a memória de cálculo? Disse que eles tinham que participar, então chegava um projeto na Casa de Leis no dia anterior, ela não podia estar presente porque estava tratando de uma verba federal para mais uma piscina para o Florianópolis, ela confiava nos companheiros Vereadores, se mudava o projeto no dia, não fazia nenhuma reunião, não se marcava um encontro, não se marcava uma negociação; então, ela achava que chegava num momento que ela sugeriria, disse ao senhor Presidente, que o senhor Prefeito recebesse os Vereadores, Presidente do Sindicato e que eles pudessem entender, porque senão ficariam às cegas até quarta-feira; ela entendia que existia uma memória de cálculo porque chegava com um valor “X” com a memória de cálculo; disse, ainda, que aproveitando a presença do “Zebra” e de muitas pessoas, ela achava que, naquele momento ela perguntou quantos funcionários públicos existiam na cidade? Naquele momento houve manifestação e ela respondeu que tinha dois mil e disse que quarta-feira teria que ter mil e quinhentas pessoas, era o futuro deles, ela achava que quem não chorava não mamava, e quem não pressionava não conseguia e eles Vereadores teriam que enfrentar a população, mas não enfrentar de forma ruim, poder explicar como chegou àquela memória de cálculo, porque só cem reais? porque só em setembro? Enfim, ela queria se sentir partícipe daquela decisão, eles tinham uma responsabilidade com duas mil famílias do Município, não era uma brincadeira, tinha pessoas que tiveram aumento na conta de luz, tiveram um aumento no IPTU de sete por cento, as escolas com aumento de dez por cento, o IPVA que aumentou não sabia o quanto e, que aquelas pessoas contavam com aquele aumento; ela achava que lá ninguém era oposição, nem intransigente, o que eles queriam era entender, ela, particularmente, queria ter uma explicação concreta de qual foi a memória de cálculo para aquele valor e poder argumentar, obrigar ou discutir que outra forma melhor que poderiam ter; ela, particularmente, e naquele ponto era o único que ela discordava do Vereador Alfredo Chiavegato Neto, era falar de

dois anos atrás, três anos, que era mil reais, três mil, cinco mil reais, o momento era naquela hora, o fato que cem reais não contentava ninguém e eles teriam que explicar aquilo para a população; sugeriu que o Presidente conseguisse marcar uma audiência com o senhor Prefeito, todos os Vereadores, Sindicato, enfim, que pudesse entender para poder ou votar a favor ou votar contra, mas entender porque chegaram naquele valor; o que estava claro na população era que aquelas duas mil famílias não conseguiam entender porque não teve aumento real, de um, dois por cento como o Vereador Alfredo Chiavegato Neto falou concreto, se falava de um abono que não sabia se era para o décimo terceiro, férias se iria ter ou não ter, ser tributado ou não ser, se faria parte, se amanhã aquele abono, a pessoa fosse mandada embora iria constar na liquidação trabalhista ou não se fosse abono, enfim, os sindicalista, Vereadores sabiam o que era melhor, era uma coisa muito efêmera que não mostrava uma realidade deles; então, ela gostaria que ficasse claro que ela era a favor que se estreitasse a comunicação entre o Executivo e o Legislativo, era lógico que o Prefeito tinha a equipe que chegou naquela memória de cálculo e eles teriam a colocação deles, por fim das contas, eles representavam o povo e o funcionalismo público fazia parte da população do Município; a seguir, tomou a palavra o Vereador Airton Braulino Jorge que desejou boa noite à todos, senhor Presidente, demais membros da Mesa, nobres colegas, senhoras e senhores presentes e senhoras colaboradoras da Casa; ele disse que a fala dele seria rápida e que seria para abordar a questão do abono; ele achava de muito mau grado, disse ao Presidente, os Vereadores na noite anterior ficarem reunidos lá discutindo em cima de um projeto e naquela manhã o projeto ser retirado e mudado, queria dizer que, de nada valeu eles terem ficado na noite anterior discutindo aquele projeto do que poderia ser feito, pensando em alguma maneira e daí no outro dia tirava e mandava o projeto para ser votado no dia; disse que ele sempre teve repúdio para aquele tipo de coisa, todo projeto que chegava naquela Casa, por mais insignificante que poderia ser, que não era o caso, teria que chegar com antecedência para que se tivesse um tempo hábil de discutir entre eles, de saber qual o melhor caminho; já aconteceram outras vezes se reunir para se discutir na hora e votar e depois sempre quem tomava pedrada eram os Vereadores, eles que andavam pelas ruas e tomavam pedradas; então aquilo não dava para aceitar, o negócio de receber projeto teria que ter uma atitude dentro da Câmara e acabar com aquilo de uma vez por todas; ele não aguentava mais aquilo; outra coisa, disse à Vereadora Karina Valéria Rodrigues que falou para não recordar o passado mas, ele aproveitou a presença da Rita, pois o Amaro ele não estava vendo, em outras ocasiões, na outra

legislatura, ele, o Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e outros seis Vereadores que faziam parte daquela Câmara, mais que uma vez, disse ao Presidente, já se reuniram no Gabinete do Prefeito com o senhor Prefeito, com o Sindicato e os Vereadores, todos os Vereadores presentes na reunião e a Rita estava lá; quando eles saíam de lá todo mundo saía falando a mesma língua; eles ficavam sabendo ou por alguém que vinha falar ou ficava sabendo através do jornal que teria um abono, mandavam um projeto para Casa e no dia de votar, mudava-se o projeto; queria dizer, ninguém estava falando a mesma língua, cada um falando uma coisa, uma Torre de Babel aquilo estava se transformando; então, ele vinha deixar como sugestão, disse à Karina Valéria Rodrigues, porque isso que em outras épocas aquela Câmara fazia isso, tinha participação, ele não lembrava naquela Legislatura, disse ao Presidente, de ser convidado pelo sindicato a participar de nenhuma discussão junto com o Executivo; naquele momento houve uma manifestação na Assembléia e ele completou dizendo que foi só a primeira e que foi tão ínfima que ele acabou se esquecendo mas, diante de uma discussão tão importante como era aquela e que envolvia tantos interesses das pessoas como a Karina Valéria Rodrigues havia falado lá, não dava para ficar se resolvendo aquilo a duas ou três pessoas e depois mandar o projeto, porque quem transformava em lei, quem autorizava eram os Vereadores, queria dizer, como outras pessoas iriam discutir o que os Vereadores iriam transformar em lei, aquilo era descabível; disse que, tudo bem, que não estava escrito que era obrigado o Vereador estar presente mas, ele achava de bom tom para que não fosse pego de calças curtas, sem saber o que, realmente, estava acontecendo, as pessoas questionavam, ele estava chegando na Câmara e foi parado e a pessoa disse se ele viu que mudou? e ele que ele perguntou: “mudou o que? Mas foi discutido aquilo ontem à noite e que ficaram até a tarde discutindo, como é que mudou?” Disse que ficava ali, também, o que ele ia falar à Karina Valéria Rodrigues se antecipou e falou, também, mas, era só para reforçar aquilo que ela falou; a Câmara já fez aquele tipo de reunião e ele achava que fosse de bom tom que começassem a participar daquele tipo de reunião, porque não dava mais, ter que assumir o ônus, a responsabilidade de votar um projeto que eles não sabiam de que maneira estava sendo discutido de que maneira estava correndo; era o que tinha para dizer, agradeceu; a seguir, tomou a palavra a Vereadora Maria Nalva Viera Gama que desejou boa noite aos colegas, funcionários da Casa, Plenário e a todos; começou a fala dizendo que era exatamente o que foi falado, foi discutido o que o doutor Airton Braulino Jorge estava falando lá na noite anterior, na reunião de Comissões e da postura dela que já era contrária na noite

anterior e naquela noite com aquela mudança, ficou mais contrária ainda, disse ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto; eles estavam discutindo isso e até para refletir, por mais que a pessoa a citasse como sindicalista lá, ela estava representando a população, ela não tinha o direito de intervir no sindicato de outras categorias, ela não tinha aquela autonomia, mas ela queria passar para as pessoas que estavam lá, que ela paralisou as atividades da Nycomed há quinze dias atrás porque, justamente, ela não queria dar o reajuste salarial que o sindicato estava buscando; ela achava que cabia aos trabalhadores ficarem um pouco mais unidos, lutar em prol daquilo porque era fácil jogar tudo na costas do Vereador e falar que ele não estava fazendo nada; então ela parou a Nycomed, ficaram em torno de uma hora parado e a empresa chamou o Sindicato para negociar, conseguiram de reajuste salarial sete ponto sete, um abono de quinhentos reais, uma PLR de mil e trezentos reais, um vale alimentação, um vale cesta de cem reais, medicamento com a porcentagem gratuita para o trabalhador e outras conquistas que não tinha como estar citando porque eram várias; mas, aquilo coube ao Sindicato estar junto com os trabalhadores e mobilizar para que, realmente, se fortalecesse e estivesse preparado para se discutir a questão de reajuste salarial; ela deixou bem claro que da forma que estava lá, ela era contrária, não iria votar a favor, embora achava que o Sindicato deveria estar lá e buscar os trabalhadores para se mobilizarem, sentar com o Prefeito e buscar de uma forma bem clara a transparência com uma forma de negociar e conseguir um reajuste positivo para eles, até porque quando iam ao supermercado e viam o quanto as coisas estavam aumentando, por mais que fosse empresa privada que deu aquele reajuste e tudo mais, as empresas privadas, no momento, tinha uma categoria de empresas que tinham duas máquinas e pagavam uma PLR de seiscentos e sessenta reais e um piso salarial de oitocentos e noventa reais e deu um reajuste de nove por cento, eram empresas pequenas que tinha cinco, seis funcionários que tinham que batalhar e lutar pelo lucro dela, não era a Prefeitura que era automático, que caía o lucro na conta da Prefeitura; então, a empresinha tinha que batalhar, vestir a camisa, correr atrás dos clientes para vender, para que pudesse pagar os funcionários, mas lá como sindicalista, ela deixava o voto contrário da forma como estava lá; disse que era claro e, com certeza, era favorável de ter uma reunião com o Prefeito em conjunto com o Sindicato, porque ela achava que não deveria atrapalhar o Sindicato, tinham que respeitar até porque era uma liderança que representava os servidores públicos, mas os trabalhadores deveriam ficar mais unidos porque o Sindicato sozinho não fazia nada, não, e nem os Vereadores, agradeceu; a seguir, tomou a palavra o

Vereador Alfredo Chiavegato Neto que desejou boa noite, novamente, ao senhor Presidente, nobres colegas, senhoras e senhores e pediu desculpas aos nobres colegas que não citou o nome na reunião do dia anterior, porque na reunião da noite anterior não tinha projeto para se discutir, o projeto chegou na Casa na noite anterior, foi feita rapidamente a convocação para que fosse discutido o projeto; ele citou o nome de alguns Vereadores, alguns não vieram, realmente, a Karina Valéria Rodrigues estava sempre presente em todas reuniões de Comissões assim como o Edison Cardoso de Sá, Rainero Venturini, enfim, todo mundo, mas, no dia anterior, não havia projeto e não havia reunião de Comissão de última hora, chegou o projeto e resolveram discutir e ele citou o nome das pessoas que estavam lá e vieram correndo para discutir mesmo, ele nem viria naquela noite, ele achou que não teria, mas, em virtude do projeto, a Nalva não estava presente e ela ligou para ele dizendo qual projeto que tinha, aí ele falou que tinha aumento dos servidores, daí ela falou para esperar que estava chegando; então a intenção deles, realmente, de tudo aquilo que foi dito, era participar; ele achava que a participação era a coisa mais importante que tinha e ele não estava sendo inconsequente lá e falar que o funcionário poderia ganhar um pouco mais; a Rita esteve presente em todas as reuniões, inclusive nas audiências públicas sobre o orçamento municipal, todas as vezes que teve discussão do orçamento municipal ele esteve na Tribuna e falava assim: “o aumento do funcionalismo está previsto?” Estava previsto, o Vereador perguntou se foi ou não foi? Disse que em todas as audiências públicas que discutiam o aumento do orçamento da qual ele achava que era uma peça ilustrativa, que não chegava à realidade que demonstrava no Município, mas ele sempre questionava se o aumento do funcionalismo estava previsto; então, ele lembrava alguns momentos anteriores, legislaturas passadas, disse ao doutor Airton Braulino Jorge, que ele sempre defendeu aquilo que o Executivo estava dando e ele sabia que o funcionalismo sempre queria mais, e eles sabiam tentar ouvir as duas partes e ele sempre levou cacetada; teve vez que foi obrigado a ouvir besteiras e quase brigar na Tribuna, na Tribuna não, na assembleia, estava passando e alguém falou besteira para ele, em virtude de defender uma situação que sabia que o Poder Público não tinha condições de dar mais; então, era daquela forma coerente que eles pediam para o Executivo tratar o funcionalismo, era um por cento, dois, era para contar com ele, só poderia ser isso, mas ele queria saber o que a Karina Valéria Rodrigues falou, porque era um ou dois? Porque se tivesse dado três por cento iriam atender os vinte e quatro por cento e daí não teria mais jeito; cinquenta e quatro por cento, por que? Porque era o limite para gastar com Pessoal, dava improbabilidade

administrativa, como a Karina Valéria Rodrigues tinha falado, enfim, aquilo poderia estar acontecendo e achava que poderia estar bem próximo de acontecer, porque a quantidade de pessoas sem fazer nada em cargos, puro e simplesmente figurativos, era grande; era a opinião dele; agora tinha que cortar o mal pela raiz e não achar que cem reais, quando ele falou, e mais uma vez ele pediu desculpas quando ele falou que cem reais era esmola, ele queria pedir desculpa porque, realmente, cem reais para muitos funcionários era grande, não foi aquilo que ele quis dizer, a intenção lá era brigar para conseguir mais, de uma forma que estivesse falando algo coerente, era aquilo que queria passar para todo mundo e ele achava que aquela era a intenção de todo mundo. Disse que ele voltava a dizer, na primeira participação que eles tiveram junto com o Sindicato, eles conseguiram dezessete por cento, que foi no primeiro ano, foi a primeira participação e a única, depois acabou; disse que achava que teria que haver a participação do Sindicato, Vereadores, a partir do momento que o projeto vinha para Casa não tinha como emendar, era aceitar ou não aceitar, infelizmente, e se não aceitasse tinha que por a mão na consciência e pensar: “Pô! Não dar cem reais de abono, para algumas pessoas seria muito, mas era preciso tentar brigar um pouco mais.” Era aquela a intenção, eles não estavam tendo tempo para brigar e na noite anterior o projeto estava na Casa foi discutido com afinco, foram em cima para tentar resolver, o Jurídico da Casa tinha orientado que era inconstitucional, foi alertado, e mesmo assim iriam votar daquela forma e naquela noite depois de toda discussão foi retirado pela manhã e chegava às cinco horas da tarde; ele até faria lá uma moção em virtude do que foi dito e, realmente, abolir aquele tipo de discussão; o projeto teria que ter entrado na Casa, passar o trâmite normal ir para as Comissões, tinha a Comissão de Orçamento, ela poderia dizer se tinha recurso ou não para poder pagar aquele aumento; existiam passos que tinham que seguir e depois não adiantava mais reclamar, era o momento de discutir, chamar o Sindicato, marcar reunião, falar com o Prefeito, agora o que acontecia era que a notícia saía no jornal primeiro e eles não estavam sabendo, o Fábio Augusto Pina questionou a ele e perguntou se não lia o jornal e ele falou que não havia lido e o Fábio Augusto Pina disse que foi dado sim, um abono de cem reais e o Vereador disse que, sinceramente, não viu; então eles precisavam serem tratados de outra forma, não era para atropelar as coisas, se o abano de cem reais era o melhor para o funcionalismo, era para contar com ele mas, daquela forma a intenção e a luta dele era que melhorasse ainda mais; ele voltava a dizer, se tivesse que defender um por cento, meio por cento, iria defender porque sabia o que era Receita e Despesa, não tinha condições de dar,

infelizmente, não tinha condições de dar, agora tinha onde cortar para dar, aquilo não tinha dúvida que tinha gastos com publicidades imensas, gasto com a Secretaria de Cultura, imensa, gastos com viagens, aumento do IPTU em sete por cento e que todo mundo estava pagando a taxa do lixo e estava todo mundo contente, estavam pagando, antigamente se falasse em aumentar alguma coisa todo mundo ficava bravo, já estava pagando lixo num preço caro, três vezes mais, e estava todo mundo pagando e contente, ninguém falava nada, então, teria que haver uma mobilização, principalmente, do Sindicato naquela questão, Sindicato dos Trabalhadores como um todo; recurso tinha, o orçamento estava lá, foi previsto um orçamento e aquele orçamento previa aumento com o funcionalismo e ele esperava que fosse cumprido; agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Vereador Edison Cardoso de Sá que desejou boa noite ao Presidente, senhores Vereadores e toda população presente e disse que em alguns momentos seria repetitivo porque alguns Vereadores, utilizando da Tribuna, já manifestaram várias opiniões sobre aquele assunto com relação aos servidores; agora ele pensava o seguinte: quando o Executivo estabelecia uma mesa de negociação com o Sindicato, independente da chapa que havia ganhado, porque ele não iria ficar cobrando a questão da chapa A, B, C e D, ganhou aquela chapa e então todos os servidores, democraticamente, iria estar em torno do Sindicato e a cobrar daquela direção para que pudesse fazer um bom trabalho; o Presidente Amaro que foi reeleito; agora estabelecia a mesa de negociação e lá chegava a uma conclusão, o Sindicato chamava uma assembleia, ele não sabia qual era o trâmite, se houve alguma assembleia ou não, agora teria que ir para a assembleia, chegar lá e discutir com o Sindicato e lá era o momento de grande definições; era evidente que o papel do Legislativo, porque uma coisa era a iniciativa privada outra coisa era o setor público, porque quando se ia numa iniciativa privada ia lá, fazia uma paralisação, era uma outra condição, o Serviço Público era muito mais complexo; agora, na questão do papel do Legislativo era uma questão muito complexa, porque quando chegava para eles, principalmente numa situação como aquela, que ele discordava, porque a forma que era feita, ele se lembrava que no primeiro ano, quando teve dezessete por cento ele foi na condição de líder do Governo, foi chamado para participar da negociação e avisou que era para todo mundo ir para lá, porque já estava discutindo o aumento, daí todo mundo foi até lá para discutir, foi uma reunião que foi, praticamente, uma finalização do processo de lá para cá, aquela dinâmica não teve mais, aquela dinâmica não aconteceu mais e era preciso enquanto Legislativo porque eles representavam um Poder e que aquele Poder deveria ser respeitado, precisava, pelo menos nos finalmentes, saber o que

estava acontecendo para não chegar e ser pego de surpresa; um jornal colocar como fato consumado, aquilo era uma coisa errada; agora era fato que o servidor público, ele tinha que estar cobrando o Sindicato, mobilizando, porque quando chegava lá para eles, era recusar ou aprovar, a Câmara poderia estar lotada, mas quem chegaria a uma conclusão teria duas oportunidades, não poderiam chegar lá e dizer para o servidor que tinha que fazer greve, quem tinha que decidir era o servidor com o Sindicato, não era o Legislativo que teria que fazer aquilo, não cabia a eles aquele papel, o que cabia era aprovar ou reprovar, quando chegava lá para eles a situação era mais complicada, eles ficavam entre a cruz e a espada, então falava “vai lotar”, poderia lotar, “sair gente pelo ladrão”, ou recusar ou aprovar, porque a situação era aquela, poderia cobrar, chegar no Executivo e falar como chegou lá, como dizia a Vereadora Karina Valéria Rodrigues, como chegou àquele denominador, qual era a forma de calcular aquele reajuste, porque se dava dando aquilo e não poderia se dar mais; então, o que aquilo representava, qual a porcentagem que representava para uma certa faixa de salário, o menor salário, o salário médio ou superior, que aquilo representava, quanto que estava representando de impacto, tudo aquilo seria analisado; agora o fato era que os servidores que eram os mais interessados, porque eles estavam preocupados com os servidores para o servidor ser bem remunerado, para tratar bem a população porque um bom serviço público, pressupunha que o funcionário público estivesse recebendo bem, tendo boas condições; logicamente, eles se preocupavam, mas, evidentemente, o funcionalismo público tinha que estar integrado com o Sindicato senão ficava numa situação complicada, poderia gostar ou não gostar, “ah mais não gostei da colocação do Edison”, mas a realidade era aquela; disse aos amigos que não tinha o que fazer porque eles, Legisladores, não tinham o poder de fazer um projeto ali dizendo que queria dezessete por cento, ou poderiam fazer? Se pudesse que fizesse; agora não partia deles aquilo, era prerrogativa do Legislativo, era inconstitucional, vício de iniciativa, era uma questão que os servidores deveriam estar mais atentos e cobrar o Sindicato para poder travar a discussão e, evidentemente, iriam cobrar o Prefeito para ficar mais integrado com relação aquilo e que, também, não poderia acontecer aquelas coisas de chegar um projeto lá a toque de caixa, no gargalho, aquilo era uma coisa que sempre reclamaram e tinha de fato mudar na prática, aquilo não tinha condições; a seguir, tomou a palavra o Vereador Antonio Maurício Cordeiro Hossri dizendo que após as discussões eles sabiam que, no dia seguinte, era o último dia útil da semana em consequência do feriado do dia vinte e um, da sexta-feira Santa e da Páscoa o tempo estava bem escasso, iria

tentar articular de todas as formas uma reunião com o Prefeito, com Vereadores e com o Sindicato para a segunda-feira porque eles sabiam que quem convocava a Sessão Extraordinária era o Prefeito; então, iria solicitar para convocar a Sessão Extraordinária não para a terça-feira mas para a quarta-feira, e tentar entrar num denominador comum, ou seja, um esclarecimento a todos os Vereadores em relação ao Executivo e também ao Sindicato; então no dia seguinte iria batalhar para que conseguisse aquela reunião; era lógico que faria a função dele, mas, obviamente, que não cabia a ele falar que iria receber a eles, o Sindicato, mas iria fazer o papel dele. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia três de maio de dois mil e onze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas, dando início, a seguir, à Tribuna Livre, e após esta, às Sessões Extraordinárias ora convocadas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri
Presidente

Vereador Fábio Augusto Pina
Vice-Presidente

Vereador Rubens das Virgens
Primeiro Secretário

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

